

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

THE INCLUSION OF CHILDREN WITH PHYSICAL DEFICIENCY IN SCHOOL
PHYSICAL EDUCATION

Alderise Pereira Quixabeira

Universidade Federal do Tocantins - UFT
alderise.p@hotmail.com

Daniela Brito Teixeira

Universidade Federal do Tocantins - UFT
danibritoteixeira@gmail.com

Leandro Costa Fernandes

Universidade Federal do Tocantins - UFT
lcfernandes@gmail.com

Ruhena Kelber Abrão

Universidade Federal do Tocantins - UFT
kelberabrao@gmail.com

RESUMO: Este estudo propõe uma reflexão acerca da inclusão de crianças com deficiência física na Educação Física Escolar. O mesmo tem como questão norteadora o seguinte questionamento: A formação acadêmica viabiliza conhecimentos necessários para atuar na Educação Física Adaptada? O objetivo geral da pesquisa consiste em “analisar como os docentes de Educação Física vem realizando suas atividades para acolher as demandas de inclusão dos alunos com deficiência física. Objetivando especificamente: 1- descrever um breve histórico da Educação Especial, buscando compreender os fatos que influenciaram na prática do cotidiano escolar e as conquistas alcançadas pelas pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais; 2- discutir acerca da formação dos professores e os conhecimentos relativos à Educação Física adaptada 3- discorrer sobre as necessidades teóricas metodológicas para a atuação na Educação Física Adaptada. A metodologia utilizada foi qualitativa sendo utilizada a técnica bibliográfica. O referencial teórico utilizado é pautado nos estudos de Falkenbach *et al* (2014); Kassar (2005); Aguiar (2002); Miranda (2003); LDB (2003); Fonseca e Silva (2010), Brito e Lima (2012); Mantoan (2003) dentre outros que discutem acerca do assunto em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Deficiência Física. Educação Física adaptada.

ABSTRACT: This study proposes a reflection on the inclusion of children with physical disabilities in Physical School Education. The same question has as a guiding question the following question: Does the academic formation provide the necessary knowledge to act in Adapted Physical Education? The general objective of the research is to "analyze how physical education teachers have been carrying out their activities to meet the demands of inclusion of students with physical disabilities. Specifically aiming to: 1 - describe a brief history of Special Education, seeking to understand the facts that influenced the daily practice of school and the achievements of people with special educational needs, 2 - discuss about teacher training and knowledge about

education Physics adapted 3- to discuss the theoretical methodological needs for the performance in Adapted Physical Education. The methodology used was qualitative and the bibliographic technique was used. The theoretical framework used is based on the studies of Falkenbach et al (2014); Kassari (2005); Aguiar (2002); Miranda (2003); LDB (2003); Fonseca e Silva (2010), Brito e Lima (2012); Mantoan (2003) among others who discuss the subject in question

KEYWORDS: Inclusion. Physical Deficiency. Adapted Physical Education.

INTRODUÇÃO

No presente estudo, abordamos a inclusão de crianças com deficiência física na educação física escolar como parte da compreensão e da necessidade de investigar o processo de inclusão na ação pedagógica da educação física. Segundo Brasil (1996), a Educação Física é componente curricular e pedagógico obrigatório nas escolas de educação ensino fundamental.

Partindo desse pressuposto Falkenbach *et al* (2014) afirmam que, a educação física também implica questões e avanços educacionais da escola; isso requer um entendimento que a prática da inclusão se refere à ação pedagógica da educação física também. Nesse sentido, Kassari (2005), lembrando que a prática pedagógica escolar apresenta dificuldades acerca de entendimentos, aceitação e organização pedagógica para a finalidade da inclusão.

De acordo com Falkenbach *et al* (2014), a inclusão escolar é uma situação atual, muito diferente das concepções históricas acerca das necessidades especiais. As insuficiências corporais, além de modificarem as relações do ser humano com o mundo, se manifestam no comportamento diferenciado nas relações com as pessoas. Desde o meio familiar, a criança com necessidades especiais¹ é tratada de maneira que se diferencia do habitual pela atenção e cuidados.

Para tanto, de acordo com Aguiar (2002), no Brasil foi só a partir da Constituição da República Federativa de 1988 que aumentou o número de estudos voltados para essa área. Ainda segundo Aguiar (2002), no campo da educação formal eles começaram a ocorrer, de forma mais sistemática, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

¹ Terminologia em desuso (criança com necessidades especiais). Terminologia atual (crianças com deficiência).

A partir desta introdução problematizadora da inclusão na prática pedagógica escolar, mais especificadamente da educação física, foi possível organizar a questão norteadora do estudo que é: A formação acadêmica viabiliza conhecimentos necessários para atuar na Educação Física Adaptada?

A presente pesquisa foi qualitativa sendo utilizada a técnica bibliográfica. As fontes foram retiradas de livros, artigos científicos, dissertações e materiais disponíveis na internet. Conforme Cervo, Brevian e Silva (2007, p. 61) a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”.

Para a realização da pesquisa qualitativa será seguido o seguinte caminho: inicialmente iremos descrever um breve contexto histórico da inclusão de crianças com deficiência física na educação física escolar diante do determinado pela LDB. Buscaremos discutir acerca da formação dos professores e os conhecimentos relativos à Educação Física adaptada. Ainda procuraremos discorrer sobre as necessidades teóricas metodológicas para a atuação na Educação Física Adaptada.

Contexto histórico da inclusão de crianças com deficiência física na educação física escolar diante da LDBEN

Para descrever acerca desta temática temos como aporte teórico: Miranda (2003); Brasil (1988-2003); Diehl (2006) e Salamanca (1994). O objetivo deste subtópico é descrever um breve histórico da Educação Especial, objetivando compreender os fatos que influenciaram na prática do cotidiano escolar e as conquistas alcançadas pelas pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. Aqui nos reportaremos apenas a deficiência física, tema foco desta pesquisa.

Em relação à deficiência física Diehl (2006), afirma que ao nos depararmos com crianças com algum tipo de deficiência física, nos leva a pensar o quão difícil deve ser para elas viver em um mundo, uma sociedade atual são construídas barreiras que impedem, na maioria das vezes, o seu acesso aos espaços sociais ou de trabalho, essa é uma das dificuldades físicas, é um obstáculo visível.

Salamanca (1994) compreende deficiência física como: “necessidades educacionais especiais, crianças ou jovens especiais que se originam através de deficiências ou dificuldades de aprendizagem”. Desse modo, historicamente, ao longo dos tempos entre o século XVIII até nos dias de hoje, sempre houve e haverá a presença de pessoas com deficiência física. Entretanto em cada época a atenção que havia, era de uma determinada forma.

Conforme Miranda (2003), o desenvolvimento do contexto histórico da educação aconteceu em quatro fases a saber: Primeira fase, marcada pela negligência, na era pré-cristã, em que havia uma ausência total de atendimento. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais. Na era cristã, segundo Miranda (2003 *apud* Pessotti, 1984) o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido.

Ainda sob o enfoque da teoria de Miranda (2003), outro estágio aconteceu no século XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais.

O terceiro estágio segundo o autor supracitado é marcado, já no final do século XIX e meados do século XX, pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte.

O quarto e último estágio ocorreu no final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa não deficientes.

Miranda (2003 *apud* Bueno, 1994), afirmam que era mínimo o acesso à escola de pessoas que apresentavam deficiência física, com o agravante de esse acesso servir mais a legitimação da marginalidade social do que à ampliação das oportunidades educacionais para essa população.

Sendo assim, com o advento da Constituição Brasileira, Brasil (1988), o direito de todos à educação, se tornou garantido, e assim, o atendimento

educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais, encontra-se assegurado pela lei.

No intuito de reforçar a obrigação do país em prover a educação, foi publicada, em dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96. Essa lei expressa em seu conteúdo alguns avanços significativos. Podendo ser citado a extensão da oferta da educação especial na faixa etária de zero a seis anos; a ideia de melhoria da qualidade dos serviços educacionais para os alunos e a necessidade do professor estar preparado e com recursos adequados de compreender e atender à diversidade dos alunos. O capítulo V dessa lei trata especificamente da Educação Especial, o artigo 58 traz em seu bojo a seguinte redação:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
(BRASIL, 2003. p. 32-33)

Ao compreender alguma conquista o sensato, é que nunca deverá ser desvalorizados ou menosprezados pelas suas diferenças, o que não pode continuar sendo lugar de discriminação educacional nas escolas. Observamos o que o Art. 59 trata do sistema de ensino e rege o seguinte:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

- IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- (BRASIL, 2003. p. -33)

Diante do acima escrito, é possível pensar que em lei, muitas conquistas foram alcançadas. Entretanto, precisamos garantir que essas conquistas, expressas nas leis, realmente possam ser efetivadas na prática do cotidiano escolar, pois o governo não tem conseguido garantir a democratização do ensino, permitindo o acesso, a permanência e o sucesso de todos os alunos do ensino especial na escola.

Por outro lado, não pode negar que a luta pela integração social do indivíduo que apresenta deficiência foi realmente um avanço social muito importante, pois teve o mérito de inserir esse indivíduo na sociedade de forma sistemática, se comparado aos tempos de segregação.

Para Miranda (2003), ao revisitarmos a história da Educação Especial até a década de 90, podemos perceber conquistas em relação à educação dos indivíduos que apresentam deficiência física. Não é pouco avanço ir de uma quase completa inexistência de atendimento de qualquer tipo à proposição e efetivação de políticas de integração social. Podemos falar, também, de avanços e muitos retrocessos, de conquistas questionáveis e de preconceitos cientificamente legitimados.

A formação dos professores: os conhecimentos relativos à educação física adaptada

Para discutir sobre temática temos com aporte teórico Fonseca e Silva (2010); Brito e Lima (2012); Mantoan (2003) e Cidade e Freitas (2002). O objetivo deste subtópico é discutir acerca da formação dos professores e os conhecimentos relativos à Educação Física adaptada.

Fonseca e Silva (2010), afirmam que, a formação de professores tem sido um tema recorrente nas pesquisas, debates e literatura atuais, tanto em nível nacional quanto internacional. A preocupação acerca desse assunto se dá, em

geral, sob a proposição de uma formação crítica, reflexiva e comprometida, por conta de todas as responsabilidades que a profissão docente carrega.

Para melhor fundamentar essa temática os autores citam Moreira (2002), que nos leva a refletir que o professor deve estar atento e ajustar o foco de trabalho e sua formação, respeitando e valorizando as questões que constituem a pluralidade da sociedade que também são refletidas no âmbito educacional. Para isso, as diferenças não podem ser colocadas como obstáculos e sim como recursos que podem enriquecer as relações humanas e promover transformações.

Para Fonseca e Silva (2010) *apud* Santos (2003), a inclusão é um termo polissêmico e relativamente recente, que apareceu em meados dos anos 90 e desde então tem sido alvo de bastante polêmica podendo ser facilmente confundido ou colocado como sinônimo de termos como integração e educação especial.

Por outro lado, Brito e Lima (2012) afiança que a Educação Física Escolar por vários anos foi, e ainda é bastante excludente na sua prática educativa; nos últimos tempos têm crescido o número de pessoas com deficiência que estão frequentando as aulas de Educação Física, em especial no Ensino Regular.

Os autores afirmam ainda, que os resultados mostraram que boa parte dos professores não teve, em sua formação inicial, disciplinas referentes à Educação Física adaptada ou à inclusão e que a capacitação profissional surgiu como forma de preencher essa carência. Nesse sentido corroboram Cidade e Freitas (2002, p. 26 *apud* Sasaki, 1997).

A inclusão é um processo que exige transformações, pequenas e grandes nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade que não só aceite e valorize as diferenças individuais humanas, por meio da compreensão e da cooperação.

Dessa forma, para Brito e Lima (2012) a inclusão passa a ser vista como um Sistema que estabelece a inserção do aluno com deficiência a um grupo de outros alunos que não foram anteriormente excluídos. Assim a meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém de fora do sistema escolar, o qual,

necessariamente terá que se adaptar às particularidades de todos os alunos para que realmente haja a inclusão.

Segundo Brito e Lima (2012) *apud* Mantoan (2003, p. 43) “todos os níveis de cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”. Outra questão importante abordada é a participação ativa dos familiares, já que na maioria das vezes os próprios pais representam obstáculos devido à superproteção ou até mesmo a negação da deficiência, sendo que os mesmos são a peça-chave para que a inclusão alcance seus objetivos no processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido complementa Mantoan (2003, p. 53), afirmando que.

Os pais podem ser nossos grandes aliados na reconstrução da nova escola brasileira. Eles são uma força estimuladora e reivindicadora dessa tão almejada recriação da escola, exigindo o melhor para seus filhos, com ou sem deficiência, e não se contentando com projetos e programas que continuem batendo nas mesmas teclas e maquinando o que sempre existiu.

Brito e Lima (2012), lembra que a garantia à educação e ao acesso à escola sem discriminação é uma questão de direito, dada pela Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n 9394/96), para o qual as escolas e os professores devem estar preparados para desenvolver de forma altamente especializada o atendimento a pessoas com deficiência, respeitando as necessidades especiais de forma individualizada.

Diante dessa garantia, os autores lembram que, as escolas do Ensino Regular ainda não estão preparadas para receber alunos com deficiências, partindo da falta de preparo dos professores, que não se sentem capacitados para desenvolver o trabalho de Inclusão e até mesmos a própria sociedade, onde os colegas de sala não aceitam esse processo de interação entre os alunos, refletindo na não aceitação dos alunos com deficiência, expondo na maioria das vezes esses indivíduos como motivo de chacotas.

As necessidades teóricas metodológicas para a atuação na Educação Física Adaptada

Para discorrer acerca desta temática temos com aporte teórico Cidade e Freitas (2002); Brito e Lima (2012); O objetivo deste subtópico é discorrer acerca

das necessidades teóricas metodológicas para a atuação na Educação Física Adaptado.

Para Cidade e Freitas (2002, p, 27), “A educação física adaptada surgiu oficialmente nos cursos de Graduação através da resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação, prevendo a atuação do professor de Educação Física junto às pessoas com deficiência e outras necessidades especiais”.

A Educação Física Adaptada é uma área de conhecimento da Educação Física que tem como objetivo principal incluir as pessoas com deficiência em um conjunto de atividade, jogos, esportes e exercícios. Pois, muitas vezes, esses indivíduos são excluídos devido a suas condições.

Ainda sobre o assunto Cidade e Freitas (2002, p. 27) apud Werner Duarte (1995), ressaltam que.

A Educação Física Adaptada é uma área da educação física que tem como objeto de estudo a motricidade humana para as pessoas com necessidades educacionais especiais, adequando metodologias de ensino para o atendimento às características de cada aluno com deficiência, respeitando suas diferenças individuais.

Dessa forma, para Brito e Lima (2012) cabe aos professores de Educação Física que trabalham com as pessoas com deficiência ou não, terem conhecimentos básicos relativos ao seu aluno, bem como competência para organizar os ambientes que permitem a execução das tarefas, conforme o aluno for se adaptando às aulas, o nível vai aumentando. O professor tem que respeitar a individualidade dos alunos sabendo explorar seus potenciais.

Os autores supracitados afirmam que é necessário que os professores de Educação Física busquem qualificação para enfrentar os desafios no processo de inclusão de alunos com algum tipo de deficiência em suas aulas, já que é uma realidade encontrada nas escolas. Nesse sentido, nas palavras de Cidade e Freitas (2002, p. 30):

Não existe nenhum método ideal ou perfeito da Educação Física que se aplique no processo de inclusão, porque o professor sabe e pode combinar inúmeros procedimentos para remover as barreiras e promover a aprendizagem dos seus alunos.

Para Brito e Lima (2012) o professor que trabalha com a Educação Física Adaptada na escola, muitas vezes encontra desafios em desenvolver Programas de Atividades Físicas para alunos com deficiência, estes desafios estão

diretamente ligados por uma formação inicial deficiente, já que no Brasil só a partir da década de 80 começou a ocorrer estudos sobre pessoas com deficiência e possíveis intervenções nos cursos de Educação Física, por meio de disciplinas específicas, como a Educação Física Especial e a Educação Física Adaptada.

Ainda sobre o assunto Brito e Lima (2012) lembram que, muitos dos professores de educação física que atuavam nas escolas antes da década de 80, não tiveram durante o processo de formação inicial matérias ou assuntos relacionados à Educação Física Adaptada. Atualmente quase todos os cursos de Educação Física disponibilizam nos componentes curriculares conteúdos relacionados à Educação Física Adaptada e à Inclusão, mas isso não certifica que os professores, ao saírem da instituição de ensino, estejam prontos para desenvolver atividades junto com as pessoas com deficiência.

De acordo Brito e Lima (2012), a formação dos professores de Educação Física para lidar com alunos com deficiência é de extrema importância, mas não basta somente uma boa formação inicial, e sim mudanças em toda a esfera educacional, pois nem todas as escolas estão prontas para acolher o aluno com deficiência. Todos estes problemas, sejam na formação dos profissionais ou no ambiente educacional, vêm tornando-se fundamental no momento em que a inclusão é um assunto importante no âmbito escolar.

Sendo assim, para Brito e Lima (2012), são imprescindíveis estudos voltados à área de Educação Física adaptada e inclusão, já que as escolas estão, cada vez mais, abrindo suas portas para atender essa nova demanda de alunos, baseadas nas leis que asseguram seus direitos.

Os autores refletem ainda, que a Educação Física esbarra em históricas dificuldades, onde são selecionados os mais aptos e os melhores para sua prática, sendo que os demais alunos, aqueles considerados anormais ficam de fora.

CONSIDERAÇÕES

Com base no estudo bibliográfico realizado, no que se refere ao contexto histórico da inclusão de crianças com deficiência física na educação física escolar diante da LDB, foi possível notar que historicamente, ao longo dos

tempos entre o século XVIII até nos dias de hoje, sempre haverá a presença de pessoas com deficiência física.

Permitiu identificar ainda, que uma grande parte dos professores não teve em sua formação inicial disciplinas voltadas à área da Educação Física Adaptada ou referente à Inclusão e a formação continuada para os profissionais da área de Educação Física e por essa razão, surgiu a formação continuada como uma forma de preencher a formação inicial insuficiente, e que era mínimo o acesso à escola de pessoas que apresentavam deficiência física, com o agravante de esse acesso servir mais a legitimação da marginalidade social do que à ampliação das oportunidades educacionais para essa população. Somente com advento da Constituição Brasileira, Brasil (1988), o direito de todos à educação, se tornou garantido.

Com relação à formação dos professores e os conhecimentos relativos à Educação Física Adaptada, com base nos estudos, notou-se que a compreensão acerca da inclusão na educação física, está na dependência de fatores como a formação de professores, na categoria da instituição educacional e também do nível das necessidades especiais das crianças, e que a inclusão passa a ser vista como um Sistema que estabelece a inserção do aluno com deficiência a um grupo de outros alunos que não foram anteriormente excluídos.

No que tange as necessidades teóricas metodológicas para a atuação na Educação Física Adaptada, percebeu-se que, muitos dos professores de Educação Física, hoje atuantes nas escolas, não receberam em sua formação inicial matérias ou assuntos relacionados à Educação Física Adaptada ou a Inclusão e na tentativa de correção dessa falha criou-se a formação continuada.

Com base nos estudos realizados é possível perceber que muitos são os desafios encontrados pelos professores de Educação Física, diante da inclusão de alunos com deficiência física, por essa razão faz-se necessário refletir acerca da necessidade dos professores procurem se preparar para o processo da Inclusão de alunos com deficiência, já que é uma realidade encontrada nas escolas, pois, a compreensão acerca da inclusão na educação física, está na dependência de fatores como a formação de professores, na categoria da instituição educacional e também do nível das necessidades especiais das crianças.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. **O Jogo no Ensino de Conceitos a Pessoas com Problemas de Aprendizagem**: Uma Proposta Metodológica de Ensino. (Pesquisa de Pós-Doutorado em Educação Especial) –, São Carlos, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRITO, R. A. e LIMA, J. F.. **Educação Física adaptada e inclusão**: Desafios encontrados pelos professores de educação física no trabalho com alunos com deficiência. Licenciado em Educação Física pela UCSAL, Mestre pela UFMG, Professor da UNIJORGE – 2012. Acesso em: <http://revistas.unijorge.edu.br/corpomovimentosaude/pdf/artigo2012_1_artigo1_12.pdf> Acesso em 22 Dez. 2017.

CERVO, A. L; BERVIAN, P. A; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIDADE, R, E, FREITAS, P, S. **Educação Física e Inclusão**: considerações para a prática pedagógica na escola. Revista Integração. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ano14. Edição especial 2002.

DIEHL, R. M. **Jogando com as diferenças**: jogos para crianças e jovens com deficiência. São Paulo: Phorte, 2006.

FALKENBACH, Atos Prinz *et al* **A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. Porto Alegre, RS-2014**. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/download/3544/1946 > Acesso em 21 Dez. 2017.

FONSECA, M. P. de S. da. e SILVA, A. P. da. **Pesquisando a temática inclusão na formação inicial de professores de Educação Física**. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 14 - Nº 141 - 2010. Disponível em: <<http://www.lapeade.com.br/publicacoes/artigos/Pesquisando%20a%20tematica%20inclusao%20na%20formacao.pdf> > Acesso em 20 dez. 2017.

KASSAR, M. C. M. **Matrículas de crianças com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular**: do que e de quem se fala? In : GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? Editora Moderna 2003.
MIRANDA, A. A. **História, deficiência e educação especial. Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado**: a prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental, UNIMEP, 2003. Material impresso.

Recebido em 20 de agosto de 2018.
Aceito em 30 de setembro de 2018